

# **SOCIEDADE E ESCOLA: EVOLUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO DO TEMPO SOCIAL NA ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO**

---

*Maria Alcina Almeida Lajes*

## **1. Contextualização**

A Educação não deixa de suscitar perplexidade aos decisores políticos e à Comunidade Educativa (professores, pais, alunos...) sobretudo nas duas últimas décadas, por três razões principais:

A primeira advém da própria circunstância histórica que nos revela a ausência de horizonte temporal (incerteza e imprevisibilidade) na pós-modernidade que pode estar na origem da crise de sentido e de uma profunda *mudança na sociedade*.

A segunda radica no próprio *estatuto do trabalho* – como Princípio Organizador e Estruturante da Sociedade Industrializada – que vem sendo o centro do debate político, social e económico e educativo visto que a sociedade sofre profundas transformações, emergindo na precaridade do trabalho e no desemprego.

A terceira assenta nas críticas imputadas à Educação, críticas essas centradas no desajustamento entre as *competências* requeridas pela sociedade do conhecimento e os saberes da Escola.

Deste modo, a relação entre Educação e Trabalho, por um lado está marcada pelo imperativo da mudança que implica inovação/criatividade, flexibilidade e competências; e, por outro lado, releva da necessidade de elevar o nível de formação para melhor inserção do indivíduo no mundo do trabalho.

Entre as decisões de carácter político, é de notar o aumento da *oferta* dos dispositivos de formação, deixando entender o reconhecimento e certifi-

cação dos saberes experienciais. Por outras palavras, os contextos educativos formais começam a *conviver* com contextos educativos informais.

Ao considerarmos os tempos sociais – trabalho, educação/formação e lazer – a *Experiência*, sobretudo, nas duas últimas décadas, ganha estatuto de maioria jurídica nos tempos formativos no seio do *Sistema Educativo* quer através do *Reconhecimento Validação e Certificação das Competências (RVCC)* como meio de segunda oportunidade para os jovens que abandonaram a escola antes de obterem um certificado de habilitações, quer ainda nas modalidades de acesso ao Ensino Superior (em fase de elaboração).

Na verdade, desde os anos 70 que os dispositivos de *educação e formação* de adultos vêm tendo um estatuto e reconhecimento jurídico e científico. Porém, nas duas últimas décadas, sobretudo, a conjuntura económica (e.g. economias emergentes, racionalidade económica...) política (e.g. sistema neoliberal, fim do Welfare State...) e social (e.g. globalização, desemprego, responsabilização da sociedade civil...) têm efeitos na oferta e procura dos dispositivos e modalidades de Formação.

Nas duas últimas décadas, devido à conjuntura económica, política e social, constatamos um crescimento exponencial da oferta/procura de Formação: a *Era da Formação*.

## 2. Relatividade e Experiência: Tempos Sociais – Trabalho e Formação

É um facto que o *estatuto do trabalho* vem interessando o debate político, social, económico e educativo, sobretudo, nas duas últimas décadas, visto que a sociedade sofre profundas transformações que têm visibilidade na precariedade de trabalho e no desemprego.

Deste modo, o discurso pedagógico, também, vem privilegiando a relação entre os saberes escolares e as competências exigidas pelo Mercado de Trabalho, pondo em causa as finalidades da Escola (*não prepara para a vida*) e dos Currículos (*que estão desajustados às qualificações*) em relação à sociedade baseada na economia do conhecimento e na globalização.

Por outro lado, o trabalho está na base: 1) da contribuição e retribuição, porque permite obter um salário/ rendimento; 2) do reconhecimento social, através da utilidade social de cada indivíduo; 3) do laço social visto que favorece uma maior integração e sociabilidade do indivíduo; 4) da identidade ao nível individual e profissional. (cf. Sue, 1994).

Ora, se o Trabalho é um bem em vias de extinção (cf. Méda, 1995, Rifkin, 1997) levanta-se a questão dos desempregados (novos pobres, excluídos, assistidos com subsídios).

Deste modo, a escassez do trabalho tem tido efeitos, por exemplo:

- 1) Na organização dos tempos sociais (trabalho, lazer, educação, formação...);

- 2) Na criatividade e livre iniciativa de oferta/criação de serviços (o cidadão/empresa), ou o empreendedorismo;
- 3) Na expansão da oferta/procura de Formação quer por entidades públicas, quer privadas (e.g. associações, livre iniciativa da sociedade civil);
- 4) Nas medidas legislativas do Ministério da Educação (ex. Reconhecimento Validação e Certificação Competências – RVCC – da experiência e saberes informais e experienciais);
- 5) Na oferta da organização do tempo social (tempo que alterna entre longos períodos de Formação/Emprego precário);
- 6) Na organização dos *ciclos de vida* clássicos (juventude, adulto/maturidade e a alteração da idade da reforma).

### 3. Relatividade e Experiência: Tempos Sociais – Trabalho e Educação e Ciclos de Vida

Na sociedade industrializada, o Estado *Educador e Desenvolvementalista* privilegia (cf. Queirós, 1999) os ciclos de vida que se organizam em torno:

- Da infância: o *tempo da Educação/Instrução* que substitui os ritos de iniciação das sociedades primitivas.
- Da juventude: como tempo de educação/preparação para *A Entrada na Vida Adulta* (cf. Lapassade, 1963). Para o autor, no discurso do senso comum, a expressão *Entrada na Vida* significa, por um lado, nascimento biológico, e, por outro lado, a passagem à *condição de adulto*, isto é, o *nascimento social*.
- Da maturidade: *tempo do trabalho* e da vida activa.
- Da terceira idade: o *tempo da reforma* (após a 2ª Guerra Mundial com Bismarck estabelece-se a idade da reforma para 65 anos).

Segundo esta organização social, a cronologia dos ciclos de vida está em consonância com tempos sociais, visto que a homologia entre ciclos de vida e tempos sociais contribuiu para uma determinada representação da temporalidade e para uma visão coerente da ordem social.

Porém, com a época pós-industrial ou pós – moderna, os referenciais mudam, tendo efeitos sociais. A juventude prolonga-se até aos 28/30 anos, porque a entrada no Mercado de Trabalho se faz tardiamente. Também, é de relevar o atraso no/do casamento e a consequente habitação com os pais e, enfim, mais tempo de Formação. É já comum encontrarmos um novo grupo de idade – a denominada *nouvel age* – como período pós-adolescente, prolongando a juventude e a entrada na vida adulta.

Na verdade, trata-se de um período incerto que alterna *ganchos*, *biscatos*, e *tachos* e formação (cf. J.M. Pais, 2001) um pouco de tudo, escapando aos esquemas da socialização tradicional e prefigurando novas formas de vida futura.

Em virtude dos tempos de crise dos factores de natureza sócio-económica, os períodos de Formação (são mais ou menos obrigatórios) tornam-se a *Norma* e até mesmo se parte da assumpção que o *Tempo de Formação* será equivalente ao *Tempo de Trabalho metamorfoseado em trabalho temporário, tempo livre, tempo de formação e estágios*.

Como consequência, temos, por um lado, o aumento dos excluídos do sistema social e, por outro lado, o discurso do sucesso/excelência e da meritocracia que remete para uma *ordem social* em crise. (cf. Méda, 1995, Sue, 1994).

#### **4. Relatividade e Experiência: Paradigma *Andragógico* ou a *Arte de Ensinar os Adultos***

A questão da *formação do adulto* remonta aos anos vinte do século XX, porém é nos anos sessenta que se assiste a uma acesa polémica nos E.U. É, na verdade, na década de sessenta, que surge o termo *andragogia* (cf. Knowles, 1970) ou seja a arte de ensinar os adultos. Deste modo a *andragogia* é uma prática pedagógica diferente da pedagogia.

Assim, Knowles *et al.* Caracterizaram e contrastam as formas de aprendizagem do adulto e do jovem, sustentando que os adultos:

- Têm necessidade de saber a *razão* da aprendizagem;
- Têm necessidade de definir os objectivos;
- Aprendem melhor os conhecimentos e valores, quando apresentados no *contexto e na aplicação a situações reais*.
- São mais sensíveis a *motivações intrínsecas* do que a motivações extrínsecas.

A *andragogia* inscreve-se, na década de setenta, no desígnio da procura de identidade e legitimidade da educação de adultos como um domínio específico das Ciências da Educação. Também, no domínio Universitário se reivindica o domínio da Educação de Adultos como um novo campo de pesquisa e um novo domínio sócio-profissional dos actores/formadores. Deste modo, tanto o processo de reconhecimento sócio-profissional dos formadores como o processo de reconhecimento como domínio de pesquisa ganham estatuto e identidade.

Neste sentido, os organismos internacionais – como a UNESCO – contribuem para a distinção epistemológica entre as diversas caracterizações de Formação de Adultos com o denominado conceito de Educação Permanente e o traços distintivos e princípios fundadores que distinguem Educação Permanente/Educação Tradicional, e mais recentemente, Formação ao Longo da Vida.

## 5. Relatividade e Experiência: Paradigma RVCC e Carreira Construtivista

A partir da década de noventa, o *estado regulador* (cf. Queirós, 1995), começa a promover novas políticas educativas ligadas à ideia de formação ao longo da vida (conforme Magna Carta de 1998 e Relatório Deslors) com efeitos na actividade avaliativa/reguladora e na empregabilidade sob recomendações dos Organismos Internacionais OCDE, UNESCO, UE centrando-se na necessidade de *novas competências* para a sociedade de informação, comunicação e economia de conhecimento.

A literatura pedagógica, em geral, com base nas características da pós-modernidade (incerteza, imprevisibilidade, flexibilidade, criatividade, *fim da história* e *fim do trabalho*...) vem reforçar a necessidade de competências para enfrentar a nova sociedade e os novos tempos sociais.

No contexto da pós-modernidade, o indivíduo é convidado a *construir-se* como *pessoa-projecto* na ideia de criatividade, empregabilidade e valorização atendendo à economia de conhecimento e à escassez do trabalho (cf. Méda, 1995, Rifkin, 2000).

Como medida de valorização e de empregabilidade são instituídos, com base jurídica e sócio-económica, dispositivos de formação para os adultos, numa lógica de cultura de *reconhecimento* (cf. Authier & Lévy, 2000, Fazard, Paivandi, 2000) e cultura de *certificação* (cf. Ardoino & Berger, 1998, Figari, Achouche, 2001) das *experiências*.

O *estado regulador* leva-nos a pensar a Educação/Formação para lá dos limites da instituição escolar – currículo formal – começa a integrar a ideia de experiências pessoal, profissional do sujeito (cf. Bourgeois & Nizet, 1997, Aubret, 2001, Josso, 2002).

A legislação portuguesa, desde 2002, através da Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos e da criação dos *Centros de Validação e Certificação de Competências* – RVCC – vem dando uma *segunda oportunidade* aos alunos que não têm a escolaridade básica através da candidatura a um certificado equivalente ao 9º ano de escolaridade (encontra-se aprovada em 2006 a legislação para o secundário e para o ensino superior).

### Coda

Privilegiámos a ideia da inscrição dos saberes informais e experienciais, quando se trata da Educação/Formação, num Tempo de mudanças sociais profundas e imprevisíveis (desemprego, deslocalização, globalização...).

Nos nossos dias, a abordagem do conceito de *carreira profissional* no seu sentido tradicional – baseada no trabalho e nos papéis sociais e individuais – deixa de ter sentido, devido à escassez do trabalho.

O Sistema Educativo abre-se aos saberes informais e experienciais para além dos saberes formais (aprendizagens escolares propriamente ditas), alternando períodos de trabalho/formação, como uma resposta ao discurso da denúncia da crise da educação (e.g. a falta de competências para a sociedade do conhecimento e para a sociedade de globalização).

Por sua vez, a sociedade *terciária* convida o indivíduo/empresa a ser criativo, oferecendo *serviços* (cuidar de idosos, de crianças...) que tradicionalmente eram do foro do Estado Providência ou da própria família alargada.

A sociedade em profunda e acelerada mutação tem de encontrar um sistema de organização social equivalente ao sistema social que tem o *Trabalho* como fundamento do *laço social* e garante da dignidade humana. Como consequência os sistemas de formação e de educação formal – a Escola – tendem a *personalizar-se*, flexibilizando o Tempo das aprendizagens e reconhecendo jurídica e socialmente as experiências de cada indivíduo adulto.

## Bibliografia

- AUTHIER (M.), LEVY (P.), 1998, *As Árvores do Conhecimento*, Instituto Piaget (ed. fr. 1996).
- ANEFA (Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos, 2002, *Roteiro Estruturante*, Ministério da Trabalho e Solidariedade e Ministério da Educação.
- BOURGEOIS (E.), NIZET (J.), 1997, *Apprentissage et Formation des Adultes*, PUF.
- BOUTANG (P.), 1993, *Le Temps – Essais sur l’Origine*, Hatier.
- CANÁRIO (R.), CABRITO (B.), 2005, *Educação e Formação de Adultos – Mutações e Convergências*, Educa.
- FAZARD (M.) PAIVANDI (S.), 2000, *Reconnaissance et Validation des Acquis en Formation*, Anthropos.
- FIGARI (G.) (org. de), 2005, *Evaluation des Compétences et Apprentissages Expérientiels – Savoirs, Modèles et Méthodes*, Educa.
- FRIGOTTO (G.); 1999, *Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de Final de Século*, Editora Vozes.
- LAPASSADE (G), 1963, *L’Entrée dans la Vie – Essai sur l’inachèvement de l’homme*, Les Editios de Minuit.
- LEGRAND (JL.), PINAU (G.), 1993, *Histoires de Vie*, Media Edition.
- JOSSO (M.C), 2002, *Experiências de Vida e Formação*, Educa (ed. fr. 2002).
- KNOWLES (M), 1970, *The Modern Pactrise of Adult Education. Pedagogy vs Androgogy*, New York, Cambridge, The Adult Education Company.
- MIALARET (G.), 1976, *As Ciências da Educação*, Moraes (ed. fr. 1976).  
 , 1991, *Pédagogie Générale*, PUF
- SUE (R.), 1994, *Temps et Ordre Social*, PUF.
- MEDA (D.); 1995, *Le Travail une Valeur en Voie de Disparition*, Flammarion.
- OCDE, 2005, *L’Ecole de Demain, Personnaliser l’Enseignement*, Editions OCDE.

- PAIS (J. Machado), 2001, *Ganchos, Tachos e Biscatos*, Ambar.
- PERRETI (A. de), 2000, *Pour l'Honneur de l'Ecole*, Hachette.
- QUEIRÓS (J.M. de), *L'Ecole et ses Sociologues*, Nathan/Université.
- RIFKIN (J.), "As Novas Tecnologias e o Fim dos Empregos" in J. MANDER EDWARD GOLDSMITH (org.) *Economia Global e Economia Local*, Instituto Piaget, 1997, pp. 119-132 (ed. ingl. 1996).
- VIRILIO (P.), 2000, *Cibermundo – a Política do Pior*, Teorema.

## Resumo

O debate no campo político, económico, social e educativo vem privilegiando sobretudo, nas duas últimas décadas, a relação complexa entre Educação e Trabalho.

Deste modo, a reflexão sobre a Educação e o Trabalho tem como efeito a emergência de novas políticas educativas centradas na Formação (Educação ao longo da vida, Reconhecimento e Validação e Certificação das Competências (RVCC)) que vem privilegiar novas formas de educação/formação onde os saberes da *experiência* ganham um reconhecimento jurídico e social.

**Palavras-chave:** Educação Formal, Educação Informal, Tempos Sociais, Saberes Experienciais

## Résumé

Le débat dans le champs politique, économique, social et éducatif est centré surtout, dans les deux dernières décennies, sur la relation complexe entre l'Education et le Travail.

De ce fait, la réflexion axée sur l'Education et le Travail a comme effet l'émergence de nouvelles politiques éducatives ciblées sur la Formation (l'Education au long de la vie, la Reconnaissance, Validation et Certification des Acquis) qui vient privilégier de nouveaux dispositifs d' Education/Formation où les acquis de l'*expérience* gagnent une reconnaissance juridique et sociale.

**Mots-clés:** Education Formelle, Education Informelle, Temps Sociaux, Acquis, Expérience

## Abstract

Education has always been a source of concerns for politicians and for the learning and teaching communities.

As a matter of fact, the debates in the political, economical, social and educational fields, in the most recent years, have emphasise the complex relationship between Education and Labour.

So, the thinking centred on Education and Labour generates new educational policies centred on Training (Long life learning, Recognition, Skills Validation and Skills Certification) that privilege new mechanisms of Education and Training where Skills win social and legal recognition.

**Key-words:** Formal Education, Informal Education / Training, Social Time, Experience